

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA****CONSELHO UNIVERSITÁRIO****SECRETARIA****ATA Nº 01/2017**

1           Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de  
2           Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG,  
3           localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na  
4           Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob a  
5           Presidência do Magnífico Reitor, Professor Carlos Luciano Sant'Ana Vargas, reuniu-se  
6           extraordinariamente o Conselho Universitário - COU, com a presença da Vice-Reitora  
7           Professora Gisele Alves de Sá Quimelli e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto  
8           (suplente), Adriana Scoton Antonio Chinelatto, Alexandre Camilo Junior, Amaury dos  
9           Martyres, Antonio José Camargo (suplente), Antônio Marcos Maia, Ariangelo Hauer Dias,  
10          Aroldo Messias de Melo Junior, Carina Alves da Silva Darcoletto (suplente), Everaldo da  
11          Silva (suplente), Fabiana Postiglione Mansani, Hermínia Regina Bugeste Marinho  
12          (suplente), João Manoel Grott, Josiane de Fátima Padilha de Paula (suplente), Lucimar  
13          Araújo Braga (suplente), Ludmilo Sene, Luis Fernando Cerri, Luiz Alexandre Gonçalves  
14          Cunha, Marcos Vinicius Fidelis, Maria Elena Payret Arrúa, Maria Lúcia Cazarin Beserra  
15          Madruga, Marilisa do Rocio Oliveira, Marli de Fátima Rodrigues, Miguel Archanjo de  
16          Freitas Júnior, Osnara Maria Mongruel Gomes, Paola Andressa Scortegagna (suplente),  
17          Paulo Vitor Farago (suplente), Ricardo Zanetti Gomes, Rita de Cássia da Silva Oliveira  
18          (suplente), Robson Laverdi, Rosane Falate, Rosiléa Clara Werner, Silas Guimarães Moro,  
19          Silviane Buss Tupich, Ulisses Coelho, Valquiria Nanuncio Chochel (suplente) e Vicente  
20          Paulo Hajaki Ribas; contando ainda com a presença dos servidores Dierone César

25 Foltran Júnior, Ítalo Sérgio Grande, João Irineu de Resende Miranda e Neomil Macedo  
26 para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Processo nº **19.867/2016**. Interessada:  
27 Secretaria Geral dos Conselhos Superiores - SEGECON. Assunto: Proposta do Calendário  
28 Anual de Reuniões 2017 deste COU. Relatora: Mesa; **2** - Processo nº **14.502.727-6/2017**.  
29 Interessada: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.  
30 Assunto: Deliberações da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Salarial da Casa  
31 Civil, de acordo com o Ofício CEE/CC nº 310/17. Relatora: Mesa; **3** - Processo nº  
32 **05.147/2017**. Interessada: Casa Civil. Assunto: Ofício CEE/CC nº 993/17 de aprovação  
33 para contratação de professores colaboradores em 688 horas/semanais nos termos da  
34 Informação nº 165/2017, da Coordenação do Orçamento Estadual - COE da Secretaria  
35 de Estado da Fazenda - SEFA. Relatora: Mesa; **4** - Processo nº **04.067/2017**.  
36 Interessada: Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH. Assunto: Homologação da  
37 Portaria R. nº 175/2017 que homologou os Editais PRORH nºs 34/2017, 35/2017 e 36/2017,  
38 pertinentes à realização do processo seletivo para contratação de professor colaborador,  
39 não integrante da carreira docente, da UEPG. Relatora: Conselheira Silviane Buss Tupich;  
40 **5** - Processo nº **04.945/2017**. Interessado: Representante Docente Robson Laverdi.  
41 Assunto: Moção deste Conselho Universitário apoiado pelos Sindicatos, objetivando  
42 posicionamento público em apoio ao Ofício R. nº 068/2017. Relator: Conselheiro Robson  
43 Laverdi; **6** - Processo nº **05.141/2017**. Interessada: Secretaria Geral dos Conselhos  
44 Superiores - SEGECON. Assunto: Proposta de suspensão do Calendário Universitário 2017  
45 da UEPG. Relator: Conselheiro Robson Laverdi. A Presidência da mesa cumprimentou a  
46 todos os presentes e, depois de constatada a existência de quórum regimental, iniciou a

47 reunião colocando em apreciação o item 1 da pauta, o PROCESSO Nº 19.867/2016,  
48 proposta do Calendário Anual das reuniões do COU, o qual após não receber  
49 manifestação foi aprovado por unanimidade; seguidamente chamou o item 2,  
50 PROCESSO Nº 14.502.727-6/2017, protocolado da Secretaria de Estado da Ciência,  
51 Tecnologia e Ensino Superior - SETI que trata de documento datado de vinte de  
52 fevereiro do corrente ano, lavrado e assinado pelo Chefe da Casa Civil Valdir Rossoni que  
53 também acumularia a Presidência da Comissão de Política Salarial - CPS daquela Casa,  
54 endereçado à SETI e encaminhado às Reitorias das Instituições Estaduais de Ensino  
55 Superior - IEES; continuou o Senhor Presidente informando que o referido Ofício 310/2017  
56 encaminhado à UEPG, em síntese, colocaria três itens subdivididos em várias alíneas e  
57 que, em última análise, retiraria das Instituições uma série de ações e/ou medidas, que  
58 respaldadas em legislação própria sempre estiveram sob o trato interno da Instituição;  
59 explanou sobre imediata manifestação conjunta dos dirigentes das IEES, no sentido de,  
60 através de argumentos fundamentados na já mencionada legislação própria,  
61 demonstrar a inadequação das deliberações exaradas e a impossibilidade de adoção às  
62 mesmas, apresentando o teor integral do documento encaminhado e entregue ao  
63 Governo de Estado através do Ofício R. nº 068/2017 desta UEPG, subscrito pelos demais  
64 Reitores, membros da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público  
65 - APIESP; continuou relatando que durante o aguardo de resposta a manifestação das  
66 IEES, a SETI e os Reitores teriam sido surpreendidos com nova comunicação da CPS/Casa  
67 Civil, através de novo documento, o qual seria discutido na sequência sob item 3; abriu  
68 discussão da matéria, registrando inscrições de fala. O Conselheiro Robson Laverdi no  
69 sentido de dar encaminhamento à matéria, propôs discussão conjunta do item 5,  
70 PROCESSO Nº 04.945/2017, onde se apresenta apoio sindical ao Ofício R. nº 068/2017 da  
71 UEPG-APIESP, com sugestão de texto de Moção do COU, procedimento esse acatado de

72 imediato. A Presidência colocou em discussão a matéria, juntamente com a proposta de  
73 Moção de apoio por parte deste Conselho a ser encaminhada ao Governo de Estado,  
74 referendando o teor do Ofício R. nº 068/2017; sem manifestações contrárias e sob  
75 votação, os itens 2 e 5 receberam aprovação por unanimidade. Item 3 da pauta, o  
76 PROCESSO Nº 05.147/2017, que trata de Ofício CEE/Casa Civil nº 993/2017 de aprovação  
77 para contratação de professores colaboradores em 688 horas/semanais nos termos da  
78 Informação nº 165/2017, da Coordenação do Orçamento Estadual - COE da Secretaria  
79 de Estado da Fazenda - SEFA, o Senhor Presidente comunicou sobre Decreto de  
80 autorização, emitido e publicado durante a semana, onde estariam contemplados  
81 números diferentes dos apresentados; considerou que em vista de não ter sido atendida a  
82 carga horária total solicitada pela UEPG, caberia à Mesa como relatora, dar os  
83 esclarecimentos necessários à Comunidade Universitária e principalmente ao COU, do  
84 que haveria ocorrido posteriormente à reunião do Conselho de Administração - CA,  
85 realizada na segunda-feira; apresentou em respeito aos membros do Conselho de Ensino,  
86 Pesquisa e Extensão - CEPE e aos que participam exclusivamente do COU, uma breve  
87 explanação a respeito do que teria sido discutido na reunião do CA, das negociações e  
88 das últimas atitudes tomadas pelo Governo perante manifestação e posição assumida  
89 pela SETI e IEES pelo não acatamento às deliberações impostas na forma e na  
90 quantidade em que teriam sido apresentadas; historiou sobre a negociação dos Reitores  
91 e Secretário de Estado junto a Casa Civil, relatando a respeito das primeiras reuniões  
92 realizadas desde o início do ano para as tratativas do assunto referente a carga horária  
93 de docentes temporários; discorreu sobre cálculo apresentado pela área responsável dos  
94 recursos humanos da UEPG, de seis mil, oitocentas e quarenta (6.840) horas referente à  
95 carga horária necessária para o efetivo desenvolvimento das atividades na Instituição e  
96 a quantidade autorizada e liberada pelo Governo após últimas negociações, a qual,

97 evidenciou, ter sido menor que a solicitada, o que traria com certeza, dificuldades  
98 internas nos departamentos de ensino; revelou ainda a construção com apoio das Pró-  
99 Reitorias e Direção de Setores de Conhecimento, na elaboração de documento a ser  
100 encaminhado à Casa Civil, com cópia à SETI e ao Governador do Estado, onde o  
101 objetivo seria mostrar o valor real e individual da Instituição; disse que no documento  
102 também seria solicitado o afastamento da equipe técnica da CPS/Casa Civil, responsável  
103 pelas assinaturas no documento daquela casa, de toda e qualquer matéria que diga  
104 respeito à UEPG; pediu respaldo dos Conselheiros no encaminhamento do documento,  
105 colocando em seguida a matéria para discussão. O Conselheiro Robson Laverdi se  
106 manifestou para destacar o item 6 da pauta, PROCESSO Nº 05.141/2017 de proposta de  
107 Suspensão do Calendário Universitário, por entender não fazer sentido a discussão em  
108 separado, e também se considerada mudança no quadro dos acontecimentos, de fato  
109 não caberia processo de suspensão no momento; se reportou a nova posição  
110 apresentada pelo Governo em relação ao corte da carga horária e ao ônus assumido  
111 pela UEPG, em aceitar dez por cento (10%) a menos na carga horária com vista a  
112 processo de negociação; continuou sua exposição, afirmando o caráter excepcional do  
113 professor temporário dentro da Instituição, das suas funções e da crescente porcentagem  
114 da categoria, alegando haver precariedade na Universidade nesse ponto. Interrompeu a  
115 Presidência para esclarecer que quando tratar de porcentagem, o cálculo e termo  
116 correto a serem usados teriam de ser em cima de carga horária e não de números,  
117 evitando irreal crescimento do percentual e inverdade na divulgação de notícias.  
118 Continuou suas ponderações o Conselheiro Robson Laverdi, pedindo esclarecimentos da  
119 Administração a respeito de quais seriam os procedimentos referentes à distribuição da  
120 carga horária insuficiente, e indagando se o momento seria de avaliar o retorno de  
121 docentes à sede, os quais estariam em situação de disponibilidade funcional junto às

122 instâncias municipal e estadual do Governo. Dada continuidade à discussão da matéria,  
123 a Conselheira Rosiléa Clara Werner ao se posicionar na mesma linha da fala anterior,  
124 questionou sobre o critério adotado para negociação no patamar de dez por cento  
125 (10%); na condição de representante docente cobrou posicionamento e esclarecimento,  
126 no sentido de quem seria penalizado com o corte de dez por cento (10%); citou que  
127 estaria sendo cumprida por docentes de seu Departamento de origem, grande carga na  
128 administração, exemplificando dificuldade na distribuição de carga horária dentre seus  
129 docentes; finalizou requerendo posicionamento e informação de números e dados  
130 concretos em relação à carga de colaboradores e efetivos, e de servidores aprovados em  
131 concurso já realizado e não chamados. Em esclarecimento às perguntas, o Senhor  
132 Presidente explicitou sobre reunião da Reitoria realizada com as Diretorias dos Setores de  
133 Conhecimento e Pró-Reitoria de Recursos Humanos - PRORH com o objetivo de buscar  
134 a forma mais adequada para administrar a carga horária disponibilizada; quanto ao  
135 percentual de dez por cento (10%), rememorou tratativa com os Setores efetivada desde  
136 o ano anterior em encontro anual para discussão e definição dos Testes Seletivos e  
137 Concursos Públicos, no sentido de solicitar a compreensão e esforço na negociação com  
138 seus departamentos afetos, em promover redução de dez por cento (10%) no número de  
139 professores temporários que a Instituição teria naquele momento; justificou que existiria  
140 grande preocupação com os números relativos ao orçamento para dois mil e dezessete e  
141 que em inúmeras ocasiões teria sido divulgado o valor de duzentos e quarenta milhões  
142 (R\$ 240.000.000,00) para honrar a folha de pagamento da Instituição; esclareceu que  
143 não estariam contemplados dentro desse valor, o reajuste da data-base e nenhuma  
144 nomeação de servidores concursados, e o que estaria inclusa seria toda a folha de  
145 pagamento com o número já existente de docentes, mais o crescimento vegetativo que  
146 seriam as promoções em decorrência da carreira dos servidores; mencionou que os

147 pedidos de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE dos Professores  
148 efetivos poderia ser absorvido dentro do item crescimento vegetativo; classificou a folha  
149 de pagamento como sendo justa, apertada, e que qualquer coisa fora do contexto  
150 implicaria em suplementação; explicitou que suplementação por conta de reajuste da  
151 data-base, contratação e/ou nomeação de servidores represadas no Governo, seriam por  
152 eles assumida a responsabilidade da suplementação, porém, qualquer despesa além da  
153 autorizada, havida por conta da Instituição, essa não teria respaldo da Secretaria de  
154 Estado da Fazenda - SEFA, sendo todos os Ordenadores de Despesa considerados  
155 responsáveis pelo ato; recapitulou notícia divulgada a respeito de ações das  
156 Universidades, sobre as quais o Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE/PR teria  
157 chamado os Conselheiros à responsabilidade, por ação ou omissão em fiscalizar atitudes  
158 do Dirigente da Instituição; informou sobre acompanhamento mensal pela PRORH e da  
159 possibilidade de através de ajustes internos haver a absorção da carga horária pedida;  
160 enfatizou que a porcentagem apresentada, não trataria de número mágico, mas  
161 existiria em recorrência às discussões realizadas desde ano passado com os Setores de  
162 Conhecimento e PRORH. Próxima inscrita a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani,  
163 manifestou-se para sanar dúvida numérica em relação à quantidade da carga horária  
164 de seis mil, oitocentos e quarenta (6.840) horas em relação às sete mil, duzentas e  
165 quarenta (7.240) horas solicitadas, que na sua concepção não equivaleria à diferença  
166 dos dez (10%) por cento. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu, rememorando que  
167 a solicitação seria que se trabalhasse com a porcentagem negativa, relativa ao que se  
168 teria de carga horária de colaboradores no mês de novembro do ano anterior, e que a  
169 demanda dos Setores tendo sido maior, chegou-se a um número mais elevado,  
170 admitindo que apesar do descontentamento gerado dentro da comunidade  
171 universitária, seria necessário iniciar o ano letivo com um ajuste real de treze a quinze

172 negativos na porcentagem por Setor. Em seguida, a Conselheira Carina Alves da Silva  
173 Darcolete pediu esclarecimento sobre quais seriam os Setores atingidos pela  
174 porcentagem negativa e de que forma seria repassada essa informação, pedindo que  
175 toda comunidade universitária tivesse acesso a esses números. Mais uma vez o Senhor  
176 Presidente explicou que não seria caso de dividir a porcentagem, mas que houvesse a  
177 redução do valor apresentado por cada um dos seis (6) Setores, conforme acordado em  
178 reunião com os próprios Diretores; comunicou ainda que em reunião realizada com  
179 professores que compõem a equipe da Reitoria, teria solicitado o entendimento de se  
180 colocarem a disposição de seus Departamentos no sentido de assumir carga horária  
181 maior. O Conselheiro Robson Laverdi insistiu na questão dos docentes cedidos a outros  
182 órgãos públicos, indagando se não seria o momento de revisar o caso da disposição  
183 funcional; seguiu recapitulando questões discutidas na última reunião do CA, para  
184 conhecimento dos Conselheiros ausentes naquela plenária, como a proposição de  
185 atividades conjuntas dos órgãos jurídicos da UEPG e Sindicatos, num chamamento  
186 público ao engajamento de todas as partes em relação à ameaça prevista, e que diante  
187 disso teria proposto a suspensão do Calendário Universitário; disse que considerada a  
188 atitude da Administração ter assumido o ônus do corte da carga horária dos docentes  
189 temporários, estaria retirando sua proposição, passando à Administração a  
190 responsabilidade do controle do caos que seria gerado nos Departamentos com carga  
191 horária insuficiente, a despeito de não ser efetivada a contratação dos docentes  
192 concursados. Quanto ao número de docentes cedidos a órgãos públicos, foi informado  
193 que seria um total de cinco (5) docentes. Dada sequência à discussão, o Conselheiro Luiz  
194 Alexandre Gonçalves Cunha solicitou o informe da quantidade da carga horária não  
195 atendida no último processo seletivo. De imediato recebeu a informação de que teriam  
196 sido oito (8) docentes, totalizando cento e sessenta (160) horas, e que somado a isso,



197 ainda se teria alguns docentes que solicitaram afastamento para Doutorado e outros,  
198 demissão. O Conselheiro Luis Fernando Cerri se manifestou, para registrar que o Setor de  
199 Ciências Humanas, Letras e Artes - SECIHLA vem desde o ano anterior, procedendo  
200 gradativamente redução na carga horária de seus docentes colaboradores; afirmou que  
201 a transferência dos docentes do extinto Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino -  
202 DEMET para outros Departamentos teria sido fator de peso nesse processo, porém,  
203 também teria ocorrido redução de carga horária nos Departamentos de Pedagogia -  
204 DEPED e de Estudos da Linguagem - DEEL, perfazendo um total bem mais expressivo  
205 do que a redução atribuída aos Setores de Conhecimento; expressou grande  
206 preocupação com disciplinas específicas que se encontrariam sem professores dentro da  
207 sala de aula, pela ausência de docentes contratados. Considerando a tratativa do  
208 assunto e a imediata manifestação de outros Diretores, o Senhor Presidente solicitou que  
209 a redução da carga horária fosse deixada para ser discutida na reunião de trabalho  
210 específica para esse assunto que seria levada a efeito logo mais no período da tarde,  
211 repetindo as palavras do Conselheiro Robson Laverdi, no que diria respeito de que a  
212 responsabilidade em administrar a situação seria da Administração, e sendo assim o  
213 assunto seria analisado no âmbito geral, assim como suas eventuais particularidades  
214 passíveis de atendimento. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani manifestou  
215 intenção de comentar sobre demissões a pedido de docentes, porém, aguardaria a  
216 subsequente reunião onde exporia posição do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde -  
217 SEBISA. Novamente se manifestou o Conselheiro Robson Laverdi para algumas  
218 solicitações; argumentou sobre a desigualdade aparente no índice de corte da carga  
219 horária dentre os Setores de Conhecimento, alegando que em função disso haveria  
220 tensão interna nos departamentos; defendendo a transparência do processo, solicitou  
221 que a administração providenciasse tornar pública a carga horária de ensino de todos os

222 docentes da UEPG, ressaltando a importância da informação na garantia da  
223 tranquilidade no decurso do sistema em caso de conflito; solicitou ainda, informação  
224 documentada a respeito de disposição funcional dentro da UEPG, de docentes liberados  
225 e/ou cedidos a outros órgãos, inclusive ao Hospital Universitário. Imediatamente o Senhor  
226 Presidente esclareceu que o Hospital também seria órgão da UEPG. Dando  
227 continuidade a sua fala, o Conselheiro atestou que na qualidade de representante  
228 docente, veria sim como ameaça a co-responsabilidade dos Conselheiros em eventuais  
229 ações da Administração; foi veemente em sua afirmação de que seria responsável,  
230 apenas pelas pautas públicas debatidas e deliberadas, mas nunca por medidas  
231 administrativas isoladas, exemplificando a negociação do corte da carga horária.  
232 Considerado retirado de pauta o item 6, PROCESSO Nº 05.141/2017 de pedido de  
233 suspensão do Calendário Universitário da UEPG, e clara a proposta de publicização da  
234 carga horária docente, a Presidência colocou a matéria em discussão. Manifestou-se  
235 primeiramente a Conselheira Carina Alves da Silva Darcoletto ter solicitado  
236 anteriormente a publicização de dados referentes à redução na carga horária dos  
237 docentes e, portanto, corroboraria com a proposta apresentada por fortalecer a  
238 transparência dos acontecimentos internos da Universidade. Igualmente na condição de  
239 representante docente, o Conselheiro Ulisses Coelho questionou sobre o interesse pessoal  
240 da classe docente na divulgação pública da carga horária individual, colocando como  
241 importante um diagnóstico jurídico. O Senhor Presidente deixou a discussão aberta aos  
242 Conselheiros, para que no final fosse feita uma síntese das falas e avaliação jurídica. A  
243 Conselheira Valquiria Nanuncio Chochel reforçou a proposição no sentido de que, para  
244 que possam ser exigidos direitos, primeiramente precisam ser cumpridos os deveres, e que  
245 a transparência dentro da Instituição seria muito importante no processo. A Conselheira  
246 Rosiléa Clara Werner salientou que o Portal da Transparência em muitos casos teria

247 sujeito servidores a notória exposição; ressaltou a necessidade da busca pelo apoio à  
248 UEPG pela comunidade, cobrando da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais -  
249 PROEX, a gerência em levar atividades extensionistas para fora dos muros da  
250 Universidade; afirmou que os números a serem apresentados à comunidade deveriam  
251 ser relativos à produção de atendimentos do hospital, das clínicas odontológicas,  
252 atendimento jurídico, número de participantes em projetos da Administração e da  
253 Economia Solidária, mostrando quantos professores teriam em cada curso e quantos  
254 alunos cada um teria capacidade em atender. O Conselheiro João Manoel Grott  
255 considerou que questão mais sigilosa e pessoal, que seriam os salários, já estaria  
256 disponibilizada no Portal da Transparência, sendo a proposta extremamente coerente,  
257 afirmando que seria corretíssima a publicização dos Mapas de Aula de todos os docentes.  
258 Em seguida a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani apresentou posição do SEBISA,  
259 de completo apoio e acordo à divulgação dos Mapas de Aula, como também, do  
260 Regulamento da Política Docente, para conhecimento e entendimento de todos;  
261 consideradas suas peculiaridades, demonstrou preocupação com os Mapas do curso de  
262 Medicina, e com algumas incongruências que venham ocorrer durante implantação do  
263 sistema, alertando sobre a necessidade em ter-se segurança no que estaria sendo  
264 liberado e efetivamente realizado; comentou sobre meta proposta aos calouros do  
265 SEBISA, de que fossem apurados todos os projetos de pesquisa e extensão realizados, e  
266 esses dados pudessem ser divulgados através de plataforma do Setor para a  
267 comunidade interna e externa da UEPG; afirmou que ter conhecimento das ações  
268 internas, traria o apoio da comunidade à UEPG. Extrapolado o número de falas  
269 regimentais, foi cedida a fala pela última vez ao Conselheiro Robson Laverdi que  
270 contrariamente à posição do Conselheiro Ulisses Coelho, observou que, haveria o  
271 entendimento de que todas as informações da Universidade deveriam ser públicas e que

272 a questão não seria de foro íntimo; afirmou que uma vez funcionários públicos, se teria o  
273 dever de prestar contas à sociedade; concluiu sua fala solicitando que a Plenária  
274 permitisse cessão da palavra à Professora Rosângela Maria Silva Petuba, na ocasião  
275 representando a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa  
276 - SINDUEPG. Na sequência das inscrições de fala, o Conselheiro Luiz Alexandre  
277 Gonçalves Cunha enfatizou ter tratado a Transparência, sempre como questão  
278 prioritária, tanto externa como interna; atestou concordar totalmente com a divulgação  
279 dos Mapas de Aula, porém, cobrou discussões anteriormente acordadas que visavam  
280 melhoria do sistema; pontuou que as adequações nos Mapas seriam necessárias para  
281 que o mesmo refletisse a realidade do que é executado pelos docentes; atestou que as  
282 informações relacionadas ao salário, deveriam ser mostradas na sua íntegra com todos os  
283 benefícios e descontos. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis corroborou com as falas  
284 anteriores no sentido de apoiar a transparência na UEPG, prestando contas à sociedade;  
285 citou algumas situações com o sistema de Controle Acadêmico, onde turmas e horários  
286 não refletiriam totalmente a realidade da execução das aulas, e de turmas que seriam  
287 encerradas ou unificadas sem comunicação formal à Pró-Reitoria de Graduação -  
288 PROGRAD; dividiu experiência como docente universitário em outra instituição, na qual  
289 registra todo seu plano de trabalho e execução, indicando como viável a disponibilização  
290 dos Mapas de Aula também na UEPG. Solicitou questão de ordem o Conselheiro Miguel  
291 Archanjo de Freitas Júnior, para se reportar a fala anterior, no que diria respeito ao não  
292 cumprimento de regramento interno detectado através do Controle Acadêmico;  
293 expressou preocupação com a gravidade do relatado por nenhum fato ter chegado a  
294 conhecimento da PROGRAD, e que se de alguma forma isolada foi possível detectar o  
295 problema, que fosse efetivamente apresentado ao Conselho. Imediatamente o  
296 Conselheiro inquirido esclareceu que existiriam dificuldades na adequação de horários e

297 que seria necessária avaliação dessa situação, inclusive no sentido de serem melhorados  
298 os mecanismos de verificação. Solicitou a palavra a Conselheira Rosane Falate, para  
299 registrar concordância com a transparência dos Mapas de Atividades Docentes, o que  
300 mostraria a realidade daqueles que levam, cuidam, querem o bem da Instituição, e  
301 cumprem realmente aquilo que estaria colocado na Política Docente; ratificou ainda, a  
302 necessidade de algumas adequações no intuito de que a realidade seja mostrada, tanto  
303 quando são realizadas horas a mais do que o extrato expõe, quanto no caso contrário. O  
304 Conselheiro Ulisses Coelho reiterou solicitação feita na sua fala anterior, em ter um  
305 parecer jurídico sobre a questão; esclareceu não se tratar de foro íntimo, mas  
306 simplesmente de preocupação com a comunidade, no sentido de que caso fosse  
307 informado mapeamento não atualizado, isso poderia trazer algum prejuízo ao docente.  
308 Questão de encaminhamento, o Conselheiro Robson Laverdi admitiu que a fala do  
309 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha teria vindo enriquecer a proposta original,  
310 e que então fosse elaborado plano de atividade docente, com a inclusão das atividades  
311 de extensão e também de projetos; foi enfático na afirmação de que não houvesse  
312 demora nesse trabalho e que fosse tornado público de maneira muito rápida; refez sua  
313 proposição, encaminhando para votação que para a próxima semana fosse alimentado  
314 Plano da Atividade Docente, como o Plano Individual da Atividade Docente - PIAD,  
315 implantado desde o ano de um mil, novecentos e noventa e sete na Universidade  
316 Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; finalizou explicando tratar de plano integral,  
317 onde o docente explicitaria carga horária dedicada à pesquisa, aos projetos financiados,  
318 e a tudo aquilo que praticaria. Nesse momento foi aberto espaço pela Presidência, que  
319 ressaltando respeito por trabalho enfrentado conjuntamente pelas administrações da  
320 UEPG e SINDUEPG, passou a palavra à Presidente daquela Seção Sindical. Assumiu a  
321 palavra a Professora Rosângela Maria Silva Petuba para afirmar que parte essencial do

322 processo de defesa e legitimação da Universidade Pública perante a sociedade seria o  
323 conhecimento da lógica do trabalho docente universitário; disse que a existência da  
324 Universidade Pública estaria assentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, e que não  
325 seria condizente não proporcionar condições à sociedade de conhecer o funcionamento  
326 desse tripé através da demanda de trabalho, inclusive acusando a existência de docentes  
327 com carga de trabalho muito superior a horária efetiva; reforçou que a  
328 operacionalização deveria ser encaminhada rapidamente pela administração, aos  
329 Setores e Departamentos, com prazo para preenchimento, destacando a importância do  
330 processo em subsidiar toda a comunidade do que seria a Universidade; a respeito do  
331 ofício emitido pela Casa Civil, afirmou que um documento daquele não levaria em  
332 consideração a lógica do trabalho docente, e muito menos a operacionalização da  
333 gestão deste trabalho docente pelas IEES; continuou informando sobre assembleia  
334 realizada com efetiva representação docente, comunicando tratativas a respeito do  
335 assunto da inserção da UEPG no Sistema Meta 4; discorreu sobre o entendimento de que  
336 o referido Sistema seria instrumento técnico-jurídico, um recurso técnico de desmonte da  
337 autonomia universitária, anunciando criação de comitê local de defesa do ensino público  
338 na UEPG, com professores, técnicos e estudantes; atestou que no momento de crise em  
339 que o serviço público estaria sendo apontado pelo Governo de Estado como ônus  
340 insuportável pela sociedade, seria sim a hora de apontar a legitimidade social da  
341 existência da Universidade Pública; expressou concordância na necessidade em mostrar à  
342 sociedade do quanto se ganha e o porquê desse ganho, ao mesmo tempo que declarou  
343 saber sobre contribuição espontânea com recursos próprios, de docentes que tentam  
344 suprir necessidades existentes dentro da sala de aula ou laboratórios, e que mais este  
345 fato, deveria ser exteriorizado à comunidade, afirmando que a Universidade não teria o  
346 que esconder; atestou que o sindicato defenderia direitos, nunca privilégios; concluiu

347 dizendo que os docentes seriam servidores públicos e não casta, reiterando a  
348 publicização do que seriam, o que fariam, para quem fariam e por quanto fariam, pois  
349 seriam todos trabalhadores vivendo do seu próprio salário. Manifestou-se a Conselheira  
350 Rosiléa Clara Werner para reiterar sobre a publicização no sentido de dar visibilidade da  
351 Universidade, de forma clara, que seja compreendida pela comunidade, e não vista  
352 como caça às bruxas. Devidamente esclarecida à matéria, finda a fase de discussão,  
353 apoiada a ideia pela maioria dos Conselheiros, tomados alguns cuidados operacionais, a  
354 Presidência passou a palavra ao Procurador Jurídico da UEPG, para consulta e  
355 orientação ao Conselho referente à legalidade e propriedade da operacionalização de  
356 todo o processo conforme proposto. O Senhor Chefe da Procuradoria Jurídica - PROJUR,  
357 Professor João Irineu de Resende Miranda afirmou não ser novidade a proposta, visto  
358 que as informações seriam fornecidas no Portal da Transparência desde o ano de dois mil  
359 e doze; discorreu sobre pedidos de acesso à informação, os quais o órgão jurídico da  
360 UEPG recebe e atende desde que foi estabelecido o Portal, bem como, denúncias  
361 geradas por pessoas a respeito do não cumprimento das funções por professores, e que  
362 seriam equivocadas por não deterem entendimento das informações publicadas;  
363 explicitou a respeito, por inúmeras vezes, da necessidade de comprovação a Promotores  
364 do Ministério Público, quanto a efetiva atuação de docentes, afirmando nunca ter  
365 tratado na UEPG desde que assumiu a Procuradoria, de caso onde tivesse havido  
366 improbidade administrativa; assegurou a legalidade da publicização, mas advertiu que,  
367 como os sistemas de informação da Universidade na atualidade não refletiriam todas as  
368 frentes de atuação dos professores, a simples publicação dos Mapas de Aula e dos  
369 relatórios da Política Docente poderiam se constituir numa ilegalidade, porque o acesso  
370 à informação pressupõe que esta seja fidedigna à situação real de cada um. Ao dar  
371 encaminhamento às preliminares da votação o Senhor Presidente foi interrompido pelo

372     Conselheiro Robson Laverdi, que argumentou sobre a fala anterior, ressaltando que a  
373     publicização seria do Plano Integral da Atividade Docente e não mais do Mapa de Aula,  
374     afirmando que a proposição sendo divergente da proposta original, como representante  
375     teria todas as possibilidades da contraposição. Dando continuidade aos  
376     encaminhamentos de votação, a Presidência esclareceu que em razão das propostas e  
377     nenhuma posição contrária à publicização das atividades docentes, estaria claro que não  
378     se trataria da divulgação do Mapa de Aula, por este não refletir a pura realidade das  
379     atividades executadas; expôs a possibilidade em apresentar num prazo pequeno de  
380     tempo, porém não estipulado, sistema de informação desenvolvido a partir da PRORH,  
381     por assessor de Tecnologia de Informação - TI, junto ao Núcleo de Tecnologia de  
382     Informação - NTI e às Pró-Reitorias que envolvem atividades docentes, um sistema  
383     alimentado inclusive com informações de atividades administrativas de parte desses  
384     docentes, que venha a refletir a realidade do trabalho executado dentro da Instituição;  
385     considerou a ocorrência de algumas irrealidades nas informações devido a  
386     desatualização dos Mapas, afirmando que todas deveriam ser analisadas e corrigidas  
387     anteriormente a divulgação, e devidamente assinada e referendada sua publicização  
388     pelo docente; finalizados os esclarecimentos, declarou como proposição da  
389     Representação Docente, a divulgação das atividades docentes, refletidas da forma  
390     correta e real. Seguidamente, colocada a proposição em votação, sem manifestações, foi  
391     aprovada por unanimidade. Em seguida, sobre o item 4 da pauta, PROCESSO Nº  
392     04.067/2017, da PRORH que trata de homologação da Portaria R. nº 175/2017 *ad*  
393     *referendum* do COU, que homologou os Editais PRORH nºs 34/2017, 35/2017 e 36/2017,  
394     pertinentes à realização do processo seletivo para contratação de professor colaborador,  
395     não integrante da carreira docente, da UEPG, o Senhor Presidente colocou em votação,  
396     que sem manifestações, recebeu aprovação por unanimidade. Esgotada a pauta



397 regulamentar, a Presidência deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso,  
398 abrindo inscrições. Antes do primeiro inscrito o Senhor Presidente ainda esclareceu sobre  
399 as disposições funcionais questionadas; informou tratar de cinco (5) docentes, citando o  
400 Professor Aroldo Messias de Melo Junior, representante titular do Governo do Estado do  
401 Paraná neste Conselho, assim como a Professora Hermínia Regina Bugeste Marinho na  
402 condição de suplente neste Conselho e a Professora Irvana Chemim Branco, todos os três  
403 (3) cedidos à SETI, o Professor Jorge Eduardo Wekerlin cedido à Secretaria para Assuntos  
404 Estratégicos - SEAE e o Professor Ubirajara Mendes, eleito e empossado Corregedor do  
405 Tribunal de Justiça do Trabalho, por direito em cessão e disposição funcional; ressaltou a  
406 importância para a Universidade da presença dos servidores junto às Secretarias de  
407 Estado, como também expressou a possibilidade do chamamento desses docentes, em  
408 caso de extrema necessidade. Retornando à palavra livre, primeiro a se manifestar, o  
409 Conselheiro Robson Laverdi agradeceu a disposição das informações, cobrando dados  
410 em relação a carga horária dos colaboradores. Imediatamente a Senhora Vice-Reitora  
411 Professora Gisele Alves de Sá Quimelli informou sobre dados atuais de vinte e oito mil,  
412 oitocentas e vinte e uma (28.821) horas para efetivos, e que se calculado sobre as seis mil  
413 e trezentas horas (6.300) horas para Contrato em Regime Especial - CRES, resultaria em  
414 uma porcentagem próxima de vinte e dois por cento (22%). Estando satisfeito com a  
415 resposta dada, para divulgação à classe docente, o Conselheiro Robson Laverdi se  
416 reportou a citação da Professora Rosângela Maria Silva Petuba a respeito de decisão em  
417 assembleia por discussão mais profunda da inclusão ou não da UEPG no Sistema Meta 4;  
418 apontou como primordial a participação dos Conselheiros na formação do comitê de  
419 discussão, convocando a administração a participar da discussão antes da deliberação  
420 institucional. O Conselheiro Marcos Vinicius Fidelis usou da oportunidade para chamar a  
421 atenção em cinco (5) aspectos, comentando sobre inúmeros pedidos de servidores, de

422 que fosse trazida à pauta, preocupação da comunidade com a segurança interna do  
423 *Campus* Universitário em Uvaranas, quando apresentou também a pedidos, sugestão da  
424 contratação de segurança externa que viesse em auxílio da vigilância interna, a qual  
425 seria insuficiente; acusou conhecimento da dificuldade de recursos, porém, solicitou  
426 avaliação por parte da administração, na possibilidade em haver seguranças volantes  
427 dentro da Instituição; segundo aspecto, citou inúmeras discussões sobre a carreira  
428 docente e reivindicações do TIDE; pediu esforços da Reitoria para contratação de  
429 agentes universitários aos departamentos, além daqueles com vagas anuídas; como  
430 terceiro aspecto, solicitou ao representante do Governo de Estado, que apresentasse  
431 quadro geral em relação à crise administrativa, qual o tratamento que estaria sendo  
432 dado no âmbito da SETI e do Governo, e ainda, informações sobre o andamento dos  
433 trabalhos de discussão a respeito do plano de carreira; declarou que outra questão  
434 trazida pela comunidade seria sobre a reestruturação do acesso ao Centro de Atenção  
435 Integral à Criança e ao Adolescente "Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha" - CAIC,  
436 apontado como ainda muito precário, e pleiteou esforços da administração em acelerar  
437 a reforma ou melhorias, até que se realizasse solução definitiva; como quinto e último  
438 aspecto, apresentou pedido de que se aprofundasse avaliação da possibilidade de  
439 modificação na organização referente às ofertas de disciplinas; exemplificou, citando a  
440 incidência tanto de turmas com excessivo número de alunos como o contrário; afirmou  
441 que o propósito seria acelerar o estudo de criação de disciplinas que pudessem servir a  
442 diversos cursos, e assim fosse melhorada a distribuição de carga horária na Instituição;  
443 afirmou que além das condições técnicas, existiriam docentes que corroboram com a  
444 ideia, a qual também viria em soma da relação professor-aluno. Na sequência o  
445 Conselheiro Amaury dos Martyres informou sobre autorização enviada pela SETI, através  
446 do Fundo Paraná, de aporte de recursos de contrapartida no valor de seiscentos e

447 dezoito mil, cento e sessenta reais e setenta e três centavos (R\$ 618.160,73); declarou  
448 tratar de Convênio da UEPG com a Financiadora de Estudos e Projetos -  
449 FINEP/PROINFRA nº 01/2009, para apoio à consolidação de Programas de Pós-  
450 Graduação e na construção de laboratório de integração tecnológica em ciências  
451 humanas e sociais; anunciou outro convênio da chamada CT-INFRA-1/2011, envolvendo  
452 a FINEP em que foi assinado e autorizado pelo Senhor Secretário de Estado da SETI,  
453 Professor João Carlos Gomes um aporte no valor de quinhentos e cinquenta e cinco mil,  
454 cento e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos (R\$ 555.153,72), também de apoio  
455 aos Programas de Pós-Graduação, para construção do Laboratório Tecnológico de  
456 Pesquisa em Ciências Humanas Sociais; finalizou expressando satisfação com a vinda dos  
457 recursos, que por muitos problemas de orçamento por parte do Governo Federal, já há  
458 dois anos estariam disponíveis à UEPG, anunciando que por conta desse aporte  
459 financeiro, licitações estariam em trâmite. Próximo inscrito, o Conselheiro Antonio José  
460 Camargo se reportou à época do ano de dois mil e três, quando da sua gestão no  
461 Governo, historiando sobre pedido de encaminhamento pelas Instituições de Mapa  
462 Individual de cada Departamento, para subsídio de trabalho a respeito de contratação;  
463 declarou ter sido árdua a missão de convencimento junto às demais Secretarias de  
464 Estado da importância das Universidades no contexto paranaense, e fazer crer ao  
465 Governador do que é e como ocorreriam as coisas nas Universidades; contou que após o  
466 envio das informações, cada Reitor teria apresentado o que fazia sua Universidade em  
467 termos de Pesquisa e Extensão; abordou a questão da ascensão das Universidades  
468 Paranaenses, que em termos de Ensino Superior, elevariam o Estado ao segundo (2º)  
469 lugar; afirmou que muito se deve a informação de que as Universidades dariam  
470 atendimento à saúde, visto que hoje a Instituição seria muito mais importante do que  
471 era há dez (10) anos atrás; garantiu estar sendo mal trabalhada a passagem da

472 informação à comunidade, da importância do que é feito e como é feito na  
473 Universidade, dos serviços prestados e de que forma seriam prestados; declarou que  
474 muitos seriam desenvolvidos, os projetos com integração perto da comunidade, e apesar  
475 disso ela não conheceria, nós não conheceríamos e o Governo também não conhece,  
476 alegando que isso ocorreria por incompetência de todos pela má divulgação; concluiu  
477 afirmando que da mesma maneira quando se divulga a forma das atividades didáticas  
478 ou docentes, ao aparecer que o professor participa de projeto, lá deveria estar disponível  
479 um *link* que mostrasse o detalhamento daquela atividade. Pela ordem dos inscritos o  
480 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha apontou como primeira questão a  
481 informação trazida em relação ao número de horas dos efetivos de vinte e oito mil,  
482 oitocentas e vinte e uma (28.821) horas, as seis mil e trezentas (6.300) horas dos  
483 professores colaboradores, que somadas totalizariam trinta e cinco mil, cento e vinte e  
484 uma (35.121) horas, e que após os cálculos haveria concluído que, se considerados os  
485 professores efetivos e medido pelo número de aulas na graduação, o impacto da carga  
486 horária dos colaboradores iria elevar sobremaneira os vinte por cento (20%) na  
487 graduação; defendeu a necessidade de se discutir a precarização tanto do ensino, como  
488 do trabalho dos professores temporários, declarando que muitas vezes os colaboradores  
489 teriam que dar dez (10) horas, vinte (20) horas, em quatro ou cinco ementas,  
490 desvirtuando totalmente o espírito da Universidade que seria o espírito de  
491 Especialização; afirmou que os efetivos teriam sua especialização, e os colaboradores,  
492 mesmos aqueles Mestres e Doutores, teriam também a sua Especialização sendo  
493 obrigados a se distanciarem muito, muitas vezes da sua Especialização, reiterando que o  
494 impacto disso na graduação seria muito grande; como segunda questão, reportou-se a  
495 proposição do PIAD, aludindo o fato de que talvez, seria necessária uma revisão do  
496 Plano, inclusive de alguns itens da Política Docente; considerou que se formado grupo de

497 trabalho, seria indispensável a participação dos Setores, através de seus Diretores que  
498 vivenciaríamos no dia-a-dia a lida com os Mapas; citou ainda como importante a  
499 representatividade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP, PROEX e  
500 PROGRAD; como terceira questão, fez alusão a situações, consideradas por ele como  
501 delicadas, com ocorrência no âmbito do Setor de Ciências Exatas e Naturais - SEXATAS,  
502 com relação à segurança; levando em conta relatos do mesmo porte, ocorridos em  
503 outros locais da UEPG, considerou como necessário o encaminhamento de alguns pontos  
504 de caráter emergencial; passou a elencar focos de fragilidade do Bloco 'L', trazendo  
505 inclusive sugestões de algumas ações preventivas, no sentido de minimizar o sentimento  
506 de insegurança e angústia vividos pela comunidade, principalmente daqueles que  
507 trabalham e estudam a noite. O Conselheiro Antônio Marcos Maia solicitou espaço para  
508 esclarecer que como a elétrica seria sua área de atuação, estaria ciente dos problemas  
509 daquele local, declarando que haveria iluminação instalada e funcionando, porém, com  
510 o crescimento das árvores, estas estariam prejudicando a incidência de luz; apresentou  
511 como alternativa a instalação de postes mais baixos ou refletores. Continuou o  
512 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha relatando a respeito de vidro de veículo  
513 atingido e quebrado por ocasião do serviço de jardinagem, solicitando maior cuidado e  
514 atenção; falou sobre reivindicações de servidores usuários dos estacionamentos, no  
515 sentido do remanejamento do local definido para os ônibus; como última questão,  
516 comentou sobre o montante da folha de pagamento da UEPG, a qual teria sido  
517 congelada para o ano de dois mil e dezessete, e que se tivesse sido pago o reajuste da  
518 inflação no mês de janeiro, o peso sobre a folha para o Estado, estaria sendo muito  
519 maior; concluiu que no momento das reivindicações de contrapartidas, bolsas e etc., os  
520 números levantados serviriam de alguma forma como referência de contribuição ao  
521 orçamento do Estado. Findas as inscrições e manifestações da palavra livre o Senhor

522 Presidente passou aos esclarecimentos das diversas indagações apontadas pelos  
523 Conselheiros; sobre a segurança, deixou a fala a cargo do Administrador da Prefeitura  
524 do *Campus* Universitário - PRECAM, Professor Ítalo Sérgio Grande, a respeito da relação  
525 Universidades, Secretaria de Estado e Governo, deixou a critério dos Professores  
526 representantes do Governo de Estado a decisão de quem repassaria as informações, e  
527 por último anunciou que haveria o pronunciamento a respeito da Autoavaliação pela  
528 responsável por este processo na UEPG, Conselheira Rosane Falate, Diretora de  
529 Avaliação Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN e Presidente da  
530 Comissão Própria de Avaliação - CPA. O Professor Ítalo Sérgio Grande, se manifestou  
531 primeiramente para ressaltar dados sobre o total da carga horária, alegando que a  
532 proporção da carga dos professores temporários sobre o total da carga horária,  
533 realmente seria dezoito por cento (18%) de carga horária contratada e não de vinte e  
534 poucos. Neste momento, solicitou o Conselheiro Robson Laverdi, que lhe fosse  
535 disponibilizado documento da Instituição, com o detalhamento dos números, o que foi  
536 imediatamente acatado pela Administração da UEPG. Reassumiu a palavra o Senhor  
537 Administrador da PRECAM, que afirmou ter sido sempre pensada a questão da  
538 terceirização da segurança conforme sugerido em uma das falas, mas que isso  
539 dependeria da disponibilidade orçamentária e financeira; ressaltou a importância de  
540 que fosse lembrado que a segurança na Instituição trataria de Segurança Patrimonial,  
541 existindo grande confusão na interpretação em relação à segurança de pessoas;  
542 explanou sobre as atribuições da vigilância patrimonial, citando questões relacionadas  
543 com treinamento, armamento e abordagem, reiterando que a função desse apoio não  
544 seria pessoal, e que a atitude mais viável seria trabalhar junto à Secretaria da Segurança  
545 Pública do Estado - SESP; em seguida solicitou a intervenção do Pró-Reitor de  
546 Planejamento para exposição sobre projeto de iluminação já existente, afirmando que

547 até que se efetue a implantação, ações emergenciais continuariam sendo desenvolvidas,  
548 infelizmente não atingindo sua totalidade. Em atendimento a solicitação, o Pró-Reitor  
549 da PROPLAN, Conselheiro Ariangelo Hauer Dias, passou a informar que o projeto de  
550 iluminação estaria em fase de orçamentação; relatou sobre a substituição do pavimento  
551 asfáltico, extremamente deteriorado, construção de ciclovia e aliado a isso a instalação  
552 de postes; falou ainda sobre a readequação do estacionamento de veículos de grande  
553 porte, supressão de rotatória e modificação da entrada do estacionamento da Central  
554 de Salas de Aulas, evidenciando tratar de várias obras; justificou a demora da  
555 implantação, pelo atraso do repasse de subsídio de infraestrutura por parte do Governo  
556 de Estado; afirmou que a função da Instituição como Universidade seria o sentimento  
557 coletivo e que a PRECAM, PROPLAN, Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos -  
558 PROAD, Setores e outros órgãos, desde que unidos poderiam vir a realizar ações de  
559 ajuda; apontou a Universidade como criadora de conhecimento e ideias, porém, muitas  
560 das ideias não saíam desse campo, pois a atribuição da execução seria prejudicada pela  
561 falta efetiva de pessoal; concluiu reafirmando que a preocupação com a questão da  
562 iluminação na Universidade seria diuturna. Na continuidade dos esclarecimentos o  
563 Conselheiro Aroldo Messias de Melo Junior se reportou ao que seria de conhecimento  
564 geral, processo de crise das IEES do Paraná em relação a pessoal, custeio e investimentos;  
565 informou que a equipe da SETI estaria permanentemente em contato com as demais  
566 Secretarias de Estado e Casa Civil, no intuito de administrar da melhor maneira o  
567 momento de crise nacional enfrentado, de uma recessão econômica motivada por vários  
568 fatores; declarou que a SETI viria tentando, em todas as oportunidades possíveis, mostrar  
569 ao Governo o que acontece nas Universidades e como estas estariam trabalhando;  
570 revelou faltar maior boa vontade por parte de outras Secretarias em relação à de Ensino  
571 Superior, ao que ela e as Universidades representariam dentro do Estado; disse que nas

572 várias vezes em que foi dito que '*o custo das Universidades é muito pesado para o*  
573 *Estado*', teria sido rebatido que as Universidades seriam investimento gerador de  
574 benefícios, e que a posição em que se encontra o Estado hoje, se deveria as sete (7)  
575 Universidades; atestou que o dado estaria provado em livro lançado na cidade de Foz  
576 do Iguaçu e entregue aos prefeitos do Paraná, onde se mostraria o quanto as IIEES  
577 trariam de retorno ao Estado, como contribuição e não peso; com relação ao assunto da  
578 carreira técnica dos Agentes Universitários, rememorou a respeito de reunião realizada  
579 no início do ano entre a equipe da SETI e as Universidades, em que no Conselho de  
580 Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses - CRUEP teria sido acordado sobre a  
581 necessidade da retomada de discussão com os sindicatos, considerando proposições  
582 apresentadas pela Secretaria, rejeitada pelos sindicatos e ainda sem retorno de análise  
583 pelos mesmos; informou sobre tentativas de retomada dos estudos, análise e discussões,  
584 porém, coincidindo com a crise da carga horária dos docentes temporários, o que de lá  
585 para cá teria ocupado todos os espaços de discussão; relatou ainda a respeito de várias  
586 reuniões com a Casa Civil, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência -  
587 SEAP e SEFA para discussão, sendo que a proposição seria de vinte e oito mil (28.000)  
588 horas, por sessenta e quatro mil (64.000) horas solicitadas pelas Universidades;  
589 mencionou que teria sido salientado que a quantidade seria inaceitável do ponto de  
590 vista da manutenção da estrutura de formação das Universidades; explicou, que após  
591 refeitos, os estudos teriam sido discutidos com a SEFA, que os rejeitou, e seguida dessa  
592 rejeição as Universidades teriam sido convocadas para discussão caso a caso; continuou  
593 contando que após cálculos refeitos e inúmeras reuniões, chegou-se a números próximos  
594 do que as Universidades haviam solicitado; ratificou não ter sido aceita em momento  
595 algum, imposição da forma proposta, repetindo que o tema foi arduamente discutido e  
596 defendido pela Secretaria junto ao Governo; apresentou esse relato como o panorama



597 atual e defendeu que apesar de ter sido aprovada essa carga horária conforme  
598 apresentada, a discussão continua na tentativa da contratação dos docentes e agentes  
599 para o mais breve possível. A Presidência seguiu às informações do processo de  
600 autoavaliação da UEPG, e considerando o avançado da hora solicitou brevidade à  
601 Senhora Diretora de Avaliação Institucional. A Conselheira Rosane Falate na condição de  
602 Diretora da DAI/PROPLAN e Presidente da CPA, passou a explanar a respeito do  
603 processo de autoavaliação da UEPG, no intuito de atualizar os membros do COU sobre o  
604 processo em questão; informou sobre o depósito junto ao Ministério da Educação - MEC,  
605 do Relatório de Autoavaliação da UEPG, lembrando que o relatório faria parte do  
606 material de suporte no conceito da Instituição, na avaliação interna e, principalmente na  
607 externa, compondo conceitos como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes -  
608 ENADE, o Conceito Preliminar de Curso - CPC e o Índice Geral de Cursos - IGC; anunciou  
609 que após o envio ao MEC, o próximo passo seria a disponibilização do relatório à  
610 comunidade acadêmica; concluiu, dizendo que seria gerado ainda através dos resultados  
611 contidos no relatório geral, pelos membros da CPA, um processo com o objetivo de  
612 subsidiar a Instituição com dados avaliativos mais detalhados, os quais seriam vistos,  
613 estudados e separados por cada uma das esferas internas. A Presidência da mesa  
614 colocou as reuniões dos Conselhos de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE e Administração  
615 - CA à disposição da CPA para futuras ou maiores informações. Nesse momento  
616 interrompeu o Conselheiro Aroldo Messias de Melo Junior para complementar  
617 informação a respeito da carreira dos técnicos, informando que haveria proposta de  
618 reinício das discussões junto aos sindicatos, a partir do mês de maio. O Senhor Presidente  
619 reassumiu a palavra, reforçando sobre a reunião de trabalho a tarde com os Diretores  
620 de Setor e PRORH, solicitando que viessem munidos das informações necessárias;  
621 considerando interpretação dada sobre alerta em relação à possibilidade real e concreta

622 de que os Conselheiros pudessem ser eventualmente chamados à responsabilidade pelo  
623 Tribunal de Contas ou outras instâncias de fiscalização desta Universidade, esclareceu  
624 não se tratar evidentemente de uma ameaça, mas de senso de responsabilidade da sua  
625 parte para com os Conselheiros, uma vez que no CA, por ser um Conselho mais afeto às  
626 questões administrativas, a questão já teria sido colocada por várias vezes; justificou, que  
627 junto aos Conselheiros do CEPE e os demais Conselheiros representantes do próprio  
628 Governo, da Municipalidade e dos Aposentados, não teria sido feito o alerta,  
629 evidentemente que não seria em tom de ameaça, reiterou, e também afirmou  
630 concordar efetivamente que pessoas que não queiram se dispor a esse tipo de  
631 contratempo na vida, certamente não poderiam assumir funções públicas em qualquer  
632 nível; finalizou sua fala registrando agradecimento em seu nome e da Senhora Vice-  
633 Reitora, à SETI e equipe, na pessoa do Professor João Carlos Gomes, ocupante daquela  
634 pasta, pela atuação e trabalho que envolveu a questão da carga horária das IEES. Não  
635 havendo nada mais a tratar, às onze horas e cinquenta e cinco minutos, a Presidência  
636 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Eliane  
637 Maria Fidelis, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de  
638 aprovada será assinada pelos presentes. Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores,  
639 *Campus Uvaranas*, trinta e um de março de dois mil e dezessete.

640

**ATA Nº 01/2017**

641 Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

---

642 Gisele Alves de Sá Quimelli

---

643 Adilson Luiz Chinelatto (suplente)

---

644	<b>Adriana Scoton Antonio Chinelatto</b>	<hr/>
645	<b>Alexandre Camilo Junior</b>	<hr/>
646	<b>Amaury dos Martyres</b>	<hr/>
647	<b>Antônio Marcos Maia</b>	<hr/>
648	<b>Ariangelo Hauer Dias</b>	<hr/>
649	<b>Aroldo Messias de Melo Junior</b>	<hr/>
650	<b>Carina Alves da Silva Darcoleta (suplente)</b>	<hr/>
651	<b>Everaldo da Silva (suplente)</b>	<hr/>
652	<b>Fabiana Postiglione Mansani</b>	<hr/>
653	<b>João Manoel Grott</b>	<hr/>
654	<b>Josiane de Fátima Padilha de Paula (suplente)</b>	<hr/>
655	<b>Ludmilo Sene</b>	<hr/>
656	<b>Luis Fernando Cerri</b>	<hr/>
657	<b>Luiz Alexandre Gonçalves Cunha</b>	<hr/>
658	<b>Marcos Vinicius Fidelis</b>	<hr/>
659	<b>Maria Elena Payret Arrúa</b>	<hr/>
660	<b>Maria Lúcia Cazarin Beserra Madruga</b>	<hr/>
661	<b>Marilisa do Rocio Oliveira</b>	<hr/>

662	<b>Marli de Fátima Rodrigues</b>	_____
663	<b>Miguel Archanjo de Freitas Júnior</b>	_____
664	<b>Osnara Maria Mongruel Gomes</b>	_____
665	<b>Ricardo Zanetti Gomes</b>	_____
666	<b>Robson Laverdi</b>	_____
667	<b>Rosane Falate</b>	_____
668	<b>Rosiléa Clara Werner</b>	_____
669	<b>Silas Guimarães Moro</b>	_____
670	<b>Silviane Buss Tupich</b>	_____
671	<b>Ulisses Coelho</b>	_____
672	<b>Vicente Paulo Hajaki Ribas</b>	_____
673	<b>Presentes:</b>	
674	<b>Dierone César Foltran Júnior</b>	_____
675	<b>Ítalo Sérgio Grande</b>	_____
676	<b>João Irineu de Resende Miranda</b>	_____
677	<b>Neomil Macedo</b>	_____
678	<b>Eliane Maria Fidelis - Secretária</b>	_____